

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlsea Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacii — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk

Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacii — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin

Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlsea Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlsea Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 28/74

DATA: 15 de outubro de 1974.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15-10-74.

JOÃO MANSUR — Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 29/74

DATA: 15 de outubro de 1974.

SÚMULA: Autoriza a Comissão Executiva deste Poder enviar ao Congresso Nacional, sugestões e críticas sobre Projeto de Lei em tramitação naquela Casa, que trata da Redivisão Territorial do Brasil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a enviar ao Congresso Nacional, sugestões e críticas sobre o Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Floriano Rubin, em tramitação naquela Casa, e que trata da redivisão territorial do Brasil.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15-10-74.

JOÃO MANSUR — Presidente.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Ata da 190.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Erondy Silvério.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Bufara — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Fual Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomei — Mauricio Fruet — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 11/74, que aprova Termo Aditivo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná objetivando o prosseguimento e ampliação de esforços na implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/74.

A Presidência convoca ainda uma Sessão Extraordinária para o dia 7, quinta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Ata da 191.ª Sessão Ordinária

Realizada em 5 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputados Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Erondy Silvério.

AS 15,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Bufara — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Fual Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomei — Mauricio Fruet — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

Requerimento

Sr. Presidente.

Da mesma forma que as finanças do Estado não são frias colunas de números mas um demonstrativo de quanto dispõe o Governo para reverter, em favor da comunidade, os recursos arrecadados também os débitos da administração pública devem ter orientação social no escalonamento de prioridades.

Viúvas pensionistas de soldados da Polícia Militar do Estado, mortos alguns deles na defesa da comunidade, têm um crédito com a administração, devendo-lhes esta o pagamento de diferenças de salário família, que já deveriam ter sido pagas em março último. Através da Folha DDT-33101, foram relacionadas as 54 credoras, com respectivos créditos, que somam cento e sete mil e noventa e sete cruzeiros. Entretanto, nove meses decorridos, falta-se ainda o Estado de proceder o pagamento do que deve, insensível ao aspecto humano de sua dívida. Viúvas, com créditos referentes exatamente ao sustento dos filhos, e de um salário família que já é irreal, jamais podem deixar de ser pagas, com antecipação até, se possível, porque qualquer atraso, perturbando a vida já sofrida dessas senhoras, caracteriza desumana omissão.

Apelando, portanto, ao espírito de solidariedade humana, do Senhor Governador, e à sua alta sensibilidade, o Deputado que ao final subscreve, no uso de atribuições regimentais e ouvida a Casa REQUEREU seja encaminhado apelo ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de que, agora sabedor dessa irregularidade, determine o pagamento imediato das folhas de salário família de que são credoras as humildes e modestas viúvas de servidores da Polícia Militar do Estado, especialmente a folha DDT-33101, da Diretoria da Despesa Fixa, contendo uma dívida na qual o Estado é mau pagador, e omisso desumano, há nada menos de nove meses.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não podia deixar de registrar o fato de haver o Sr. Governador concordado com a liderança do Governo desta Casa em que de uma vez por todas a extensão dos benefícios da Gratificação de Produtividade, que numa primeira etapa beneficiou categorias de funcionários do Poder Executivo e que numa segunda etapa estendeu seus benefícios ao pessoal do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Assembléia Legislativa do Estado, pudesse também beneficiar aqueles ocupantes dos cargos ali justificados da parte suplementar do Tribunal de Justiça da Assembléia Legislativa do Estado e também do Tribunal de Contas.

O Sr. Governador do Estado ao autorizar a liderança nesta Casa de urgência a aprovação da matéria neste sentido, vem por certo atender os apelos formulados nesta Casa por ilustres senhoras Deputadas da ARENA que à época da apreciação daquela Mensagem tiveram, por parte do Líder do Governo o comprometimento de que haveria de conseguir que os suplementaristas dos três Poderes viessem também a ser beneficiados com tal medida.

Assim é que estou propondo Emenda ao Projeto em tramitação já nesta Casa e este expediente regimental visa urgenciar a aprovação da matéria no sentido de que se inclua onde convier, o seguinte artigo e parágrafo:

"Aos ocupantes dos cargos de Assistente, Assessor Jurídico, Diretor Auxiliar, Diretor Secretário da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor de Recursos, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça; aos ocupantes dos cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Auxiliar Técnico, Médico e Secretário de Comissão, da Parte Permanente da Assembléia Legislativa do Estado; e aos ocupantes dos cargos de Secretário Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência, Tesoureiro, Auxiliar de Tesoureiro e Bibliotecário, da Parte Suplementar do Tribunal de Contas do Estado fica concedida a Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor único de Cr\$ 1.000,00, obedecidas as exigências contidas na referida Lei".

Sr. Presidente, por ocasião da votação da Lei 6.593, num de seus dispositivos as vantagens ali preconizadas visavam beneficiar ou atender aquela categoria funcional, ou aqueles funcionários que naquela categoria funcional estivessem no exercício da função antes do advento daquela Lei. Era uma medida discriminatória porque neste caso quando alguém era nomeado, contra-

tado pelo Governo do Estado para uma função similar ao beneficiado, não fazia jus ao benefício, porquanto dispositivo daquela Lei exigia que ao advento da Lei o funcionário público devesse estar agregado àquela função.

Dai propomos a inclusão de um parágrafo único a este artigo, mudando a redação daquele dispositivo que passará a ter a seguinte redação:

"Aos que, após o advento das Leis nrs. 6.569/74 e 6.593/74, forem providos nos cargos neles especificados será assegurada a Gratificação de Produtividade nos valores e condições previstos nas referidas leis".

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados visa corrigir um problema suscitado com a nomeação, depois da vigência da Lei 6.569 e que não estavam fazendo jus à percepção daquele benefício. Com esta nova redação, a classe de bibliotecários públicos do Estado do Paraná e também todo e qualquer funcionário, quer advogado, médico, cirurgião dentista, agrônomo, veterinário, assessor, enfim, todos os portadores de diploma de curso superior, terão direito à percepção daquele benefício.

Quero Sr. Presidente, considerar oportuna a Emenda, porquanto vem coroar de êxito a luta que esta Assembléia Legislativa do Estado encetou por ocasião da votação da Mensagem que se constituiu em Lei n.º 6.593 e 6.569, ambas barra 74. Desejava Sr. Presidente, antes de deixar a Tribuna, antecipar que estamos gerenciando junto ao Sr. Governador do Estado, para que um novo Anteprojeto de Lei de nossa autoria seja aprovado e que visa beneficiar a classe do funcionário público numa das suas mais antigas reivindicações, ou seja, levar, quando em gozo de férias, a percepção das gratificações de serviços extraordinários que porventura estejam percebendo por ocasião do deferimento de seus pedidos de férias.

Pretendemos, Sr. Presidente, propor ao Sr. Governador que o funcionário que tivesse percebido à conta de serviços extraordinários, durante 10 anos, com interrupção, ou cinco anos consecutivos, pudesse ele levar, como provento de inatividade, os correspondentes aos serviços extraordinários. O Sr. Governador do Estado está receptivo a esta nossa proposição. Assim, o funcionário que tiver percebido durante "xis" anos a gratificação por serviços extraordinários, levará esse "xis" avos para a sua aposentadoria.

Quero crer que o Sr. Governador está receptivo aos reclamos do funcionário público do Estado do Paraná e haverá, depois de haver concordado com a apresentação dos Projetos de Lei subscritos hoje de propor à Liderança, a apresentação, a curto prazo, de outras medidas legislativas que haverão de constituir como medidas capazes de proporcionar a aposentadoria aos 35 anos para os homens e 30 para mulheres, com esses benefícios que irão ser implantados.

Eram, Sr. Presidente, essas as comunicações que me cabiam fazer, desta Tribuna, nesta Sessão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/74, de autoria do Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento da Escola de Comércio, na cidade de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/74 de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores "Professora Eunice Maria Boni", do Colégio Estadual Governador Paulo Pimentel, da cidade de Mandaguai. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/74, de autoria do Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). Parecer contrário da C.C.J. e favorável da C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 38/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal concedida ao inválido Fred Hauber, pela Lei n.º 5.071, de 14 de abril de 1965.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO:

A mencionada Lei, cujo "quantum" se pretende alterar, data de 1965. Posteriormente, o seu valor foi reajustado como medida de ordem geral, visto como todas as pensões especiais tiveram melhoria.

Todavia, o seu valor atual é irrisório comparado com o respectivo poder de compra da época da fixação. A constante alta no custo de vida impõe a presente medida, no sentido de corrigir a desvalorização havida na pensão do inválido Fred Hauber.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 38/74

AUTOR: Deputado Erondy Silvério.

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei ora em

exame autoriza a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal concedida ao inválido Fred Hauber.

Embora a iniciativa seja das mais justas, sou obrigado a manifestar-me contrário à sua aprovação, eis que a recente Lei n.º 6.537, de 15 de maio de 1974 no seu artigo quinto fixou o teto das pensões mensais em cem cruzeiros, o que atende em parte a pretensão do ilustre autor da proposição.

Pela rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 38/74

PARECER

O Projeto de Lei ora enfocado, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, objetiva autorizar o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal concedida ao inválido Fred Hauber, pela Lei n.º 5.071, de 14 de abril de 1965.

Muito embora a Douta Comissão de Constituição e Justiça tenha se manifestado pela rejeição da proposição, invocando a recente Lei que fixou o teto das pensões mensais, entendemos, no âmbito desta Comissão, ou seja, o exame do aspecto financeiro da matéria, que nenhum óbice se insurge ao seguimento normal do Projeto visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo.

Face o exposto opino pelo ACOLHIMENTO da proposição para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões em 24 de setembro de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente.

Igo Losso — Relator.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET e 2 (dois) guinchos Hyster números, séries e lotes que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 92/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET, dos quais sete com os nrs. 18981, 18982, 18987, 18988, 18992, 19024 e 20136, integrantes do lote n.º 43 e 2 (dois) guinchos Hyster, modelo HY 7001, séries A47P3265D e A47P3266D, lote n.º 45, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Fabiano Braga Côrtes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 92/74

1 — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET, dos quais 7 (sete) com os números 18981, 18982, 18987, 18988, 18992, 19024 e 20136, integrantes do lote n.º 43 e 2 (dois) guinchos Hyster, modelo HY 7001, séries A47P3265D e A47P3266D, lote n.º 45 todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

(a) Ovídio Franzoni — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 92/74

PARECER

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o Projeto de Lei ora enfocado visa autorizar o Poder Executivo, a doar à Prefeitura Municipal de Colombo 10 (dez) destocadores Modelo 6A-DET e 2 (dois) Guinchos Hyster, conforme números, séries e lotes que especifica, todos pertencentes à Secretaria de Agricultura.

No âmbito desta Comissão, ou seja, o aspecto financeiro, nenhum óbice que se insurja à tramitação normal do Projeto, visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo, a doar as referidas máquinas à Prefeitura mencionada.

Pelo ACOLHIMENTO da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO

PROJETO DE LEI N.º 92/74

Substitua-se o projeto pelo seguinte, a fim de atender a dois municípios carentes de maquinário:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 8 destocadores (oito destocadores) modelo 6A-DET, à Prefeitura Municipal de Inácio Martins, 1 (um) destocador e à Prefeitura Municipal de Porto Amazonas 1 (um) destocador, do mesmo modelo e dos quais, sete com os números 18.891, 18.892, 18.987, 18.992, 19.024 e 20.136; integrantes

do lote 43, à Prefeitura de Colombo, e dois (2) guinchos Hyster, modelo HY 7.001, séries A47F3265D e A47F3266D, lote 45, todos pertencentes à Secretaria de Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1974.

(aa) Quielso Crisóstomo

Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar o pagamento imediato das folhas de salário-família das viúvas de servidores da Polícia Militar do Estado. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 21/74, 54/74;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 38/74, 92/74;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 98/74 e 126/74.

A Presidência convoca, ainda, uma Sessão para o dia 7, quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 36/74, 92/74, 154/74;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 98/74, 126/74;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74.

Levanta-se a Sessão.